

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS ARAPIRACA
NÚCLEO TEMÁTICO MULHER E CIDADANIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS FERRO

EDUCAR PARA A DIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO
AMBIENTE ESCOLAR

ARAPIRACA – AL

2016

MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS FERRO

**EDUCAR PARA A DIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO
AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo Temático Mulher e Cidadania da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador (a): Prof^a Dr^a. Elvira Simões Barretto


ARAPIRACA – AL

2016

MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS FERRO

**EDUCAR PARA A DIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO
AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Núcleo Temático Mulher e Cidadania da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.



Prof. Dra. Elvira Simões Barretto
Coordenadora Geral do Curso de Gênero e Diversidade na Escola
GDE/UFAL

Profª Drª Elvira Simões Barretto

EDUCAR PARA A DIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

RESUMO: Este estudo busca uma reflexão acerca da diversidade na escola, considerando os aspectos sociais, culturais, étnico-raciais e de gênero. Busca-se compreender como a escola, enquanto formadora de cidadãos (ãs), pode favorecer o processo de aceitação à diversidade para que os jovens busquem a conscientização quanto aos direitos humanos na sociedade brasileira atual. Deste modo, realizamos uma breve reflexão com base na diversidade cultural, étnico-racial, social e de gênero, posteriormente, propomos estudos da escola enquanto um campo de troca de saberes, tendo em vista que é através desta que absorvemos conhecimentos e experienciamos vivências no cotidiano. Em seguida, resgatamos o processo histórico da diversidade no Brasil, compreendendo a diversidade oriunda do período colonial neste país.

PALAVRAS – CHAVE: Diversidade; Escola; Igualdade; Inclusão.

ABSTRACT: This study aims to reflect on the diversity in the school, considering the social, cultural, ethnic and gender. It seeks to understand how the school as a training of citizens (as) may favor the process of accepting diversity so that young people seek awareness of human rights in the current Brazilian society. Thus, we conducted a brief reflection on the basis of cultural, ethnic, racial, social and gender subsequently propose school studies as a knowledge exchange field, given that it is through this that we absorb knowledge and experienced experiences in daily. Then rescued the historical process of diversity in Brazil, including diversity derived from the colonial period in this country.

KEY WORDS: Diversity; School; Equality; Inclusion.

Introdução

Considerando que os reflexos de desigualdades sociais e étnico-raciais são visíveis diariamente no cotidiano escolar, percebe-se a necessidade de ações reflexivas junto aos educandos (as), a fim de promover novas possibilidades na atuação para a integração da sociedade. Diante disto, busca-se resposta para o seguinte questionamento: A diversidade cultural, social, étnico-racial e de gênero está presente na sociedade brasileira, bem como em âmbito escolar. Sendo assim, como este modelo de diversidade está sendo percebido pelos educandos (as) do ensino médio regular na sociedade atual?

Neste sentido, compreende-se a necessidade de buscar caminhos para integrar a comunidade escolar, bem como incentivar para que os indivíduos de nossa sociedade sejam mais tolerantes quanto às diversidades e reflitam a respeito da aceitação destas diversidades para a minimização das desigualdades sociais e étnico-raciais. Desta forma, temos como

objetivos: Desenvolver um espaço de diálogo entre os educandos (as) de valorização e respeito à diversidade cultural, étnico-racial, social e de gênero, superando as desigualdades, preconceitos, discriminações e estereótipos presentes no ambiente escolar.

Faz-se necessário envolver toda a comunidade escolar através de recursos reflexivos e diálogos como: sensibilizar a sala de aula sobre a existência de estereótipos e seus reflexos no contexto escolar; identificar as práticas discriminatórias vivenciadas no cotidiano escolar; Romper os paradigmas impostos pela sociedade patriarcal, sexista e desigual; Despertar o reconhecimento das diferenças, o respeito a individualidade e ao direito de cada cidadão (ã).

Durante este estudo, busca-se compreender como a escola, enquanto formadora de cidadãos (ãs), pode favorecer o processo de aceitação à diversidade para que os jovens busquem a conscientização quanto aos direitos humanos na sociedade brasileira atual. Deste modo, realizamos uma breve reflexão com base na diversidade cultural, étnico-racial, social e de gênero, posteriormente, propomos estudos da escola enquanto um campo de troca de saberes, tendo em vista que é através desta que absorvemos conhecimentos e experienciamos vivências no cotidiano. Em seguida, resgatamos o processo histórico da diversidade no Brasil, compreendendo a diversidade oriunda do período colonial neste país.

A escola como instrumento de aceitação à diversidade

Diante da realidade social da atualidade, identificamos que as escolas da rede regular de ensino perpassam por problemas sociais de racismo, preconceito, violência e discriminação. Faz-se necessário promover ações de conscientização e inclusão de grupos sociais excluídos, com a proposta de envolver adolescentes e jovens em atividades integradas de cunho inclusivo.

Devemos compreender a escola como centro de formação educacional e de cidadania, pois nos proporciona um olhar de liberdade para acreditar que é possível envolver o corpo discente numa perspectiva de inclusão e desenvolvimento, na qual o objetivo principal seja a minimização do racismo e discriminação.

Segundo Borba e Russo (2011, p.27):

A escola deve, pois, ser um espaço de interação social e não um campo de ataque. Há que se compreender a diversidade, planejar novas formas de atuação, envolver e motivar todos os que dela fazem parte. É preciso buscar a superação das dificuldades e criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de todos os alunos. Conceitos como conscientização, possibilidade, ruptura de paradigmas, respeito e

valorização das diferenças, solidariedade, cooperação, igualdade e equiparação de oportunidades são essenciais em uma escola que se propõe a formar alunos e alunas para o exercício da cidadania.

Neste sentido, a escola deve direcionar suas atividades educacionais a partir da inclusão social, bem como étnico-racial com o objetivo de envolver o alunado na percepção de uma educação *antirracista*¹, visto que os direitos sociais são assegurados a todos os brasileiros independentemente de etnia, orientação sexual, religião, dentre outros aspectos sociais.

Deste modo, a escola deve ser um meio transformador na construção da cidadania e formação de cidadãos (ãs), tendo em vista que está totalmente vinculada às crianças e adolescentes em idade de formação educacional e de caráter pessoal. Conforme os estudos de Oliveira (2015, p. 2):

O Brasil é uma nação marcadamente plural, somos branco/a, negro/a, amarelo/a, índio/a, ciganos/a, gordo, magro, deficiente, idoso/a, jovem e criança, pluralidade religiosa, pluralidade, novas configurações de família (nuclear, monoparental, pluriparental, homoafetivas). Enfim, somos uma diversidade, no entanto, o cenário da nação brasileira está permeado por uma ideologia patriarcalista, machista, sexista que tem provocado no interior da sociedade a violência.

Identificar e compreender esta pluralidade presente em nosso país é o primeiro passo para entender a necessidade de aceitar a diversidade cultural, social e sexual que temos. O repúdio e não aceitação acarreta na violência e discriminação de grupos sociais.

O âmbito escolar é o principal caminho de acesso à informação e formação na construção da aprendizagem de crianças, jovens e adultos. A proposta pedagógica precisa incentivar a socialização de atividades culturais que apresentem para a comunidade escolar a diversidade cultural, social, étnica e sexual.

Segundo Durand (2015, p. 10):

O conceito de diversidade nos leva à história, geografia, sociologia, religiões, gênero, raças, etnias, classes sociais entre outros conceitos. Diversidade tem a ver com heterogeneidade, diversidade, pluralidade, variedade, realidade múltipla, diferença. Ou seja, identidades. Os Direitos Humanos lembram que apesar das diferenças, somos todos humanos e temos todos os mesmos direitos.

¹ Nos estudos de Oliveira (2015, p. 7), quando se trata de *Educação Antirracista*, a mesma busca os estudos de Cavalleiro, (2001, p.157) que registra: “Uma educação anti-racista prevê necessariamente um cotidiano escolar que respeite, não apenas em discurso, mas também em prática, as diferenças raciais. É indispensável para sua realização a criação de condições que possibilitem a convivência entre todos.”

Deste modo, compreende-se que todos os seres humanos são possuidores de direitos e deveres, entretanto, os direitos humanos garantem que todos (as) precisam ser respeitados (as) dentro de suas escolhas e particularidades.

Conforme estudos de Marcos Mesquita (2015, p. 10) “podemos dizer que os direitos humanos se relacionam aos direitos fundamentais da pessoa humana, aqueles que são essenciais e que precisam ser garantidos a todas e a todos”. Os direitos humanos têm alcançado espaços na sociedade de maneira gradual, embora que sejam considerados fatores econômicos, políticos e sociais de cada época, tendo em vista as conquistas históricas dos direitos humanos, porém sabemos que ainda necessita alcançar maiores patamares.

A partir dos estudos dos direitos humanos, adentramos na categoria diversidade que sugere a diversidade cultural, étnica e racial, religiosa, sexual e respeito. Por conseguinte, percebe-se a importância de compreender a educação em direitos humanos como um processo de formação e cidadania, bem como na construção social do indivíduo, pois através da cidadania, a escola tem capacidade de envolver sujeitos nela inseridos para a formação educacional. Enfatizamos também a prática educativa por uma sociedade justa e igualitária, em respeito às diferenças e efetivação da sociedade.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos os cidadãos têm direitos sociais, políticos, econômicos e culturais que devem ser garantidos através da Legislação, bem como visa à proteção do Estado para a concretização de tais direitos.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Conforme o Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, reconhecemos nossos direitos enquanto cidadãos brasileiros sobre qualquer tipo de discriminação, preconceito e racismo contra etnias, raças e origens distintas. Faz-se necessária a compreensão do Brasil enquanto um país miscigenado, tendo em vista suas condições étnico-raciais, classes sociais, distinção de raças, gêneros e direcionamentos sexuais.

Ao estudarmos sobre o conceito de diversidade, sentimos a necessidade de compreender o conceito de cultura, como elemento que compõe a pluralidade de uma

sociedade, visto que aproxima os povos de uma mesma cultura e apresenta aos outros um novo modo de agir e viver, isto é, outra cultura. A diversidade cultural no Brasil decorre do período colonial, bem como até os dias atuais percebemos os reflexos destas culturas na formação dos povos deste país.

Existe noções de reciprocidade nas trocas e de complexidade nas relações entre culturas. O fenômeno intercultural tem a ver com encontros de pelo menos duas culturas. Por cultura, entendo língua, religião, organização familiar, gênero, alimentação, classe social, raça, etnia, roupa, códigos, modo de viver, num grupo, num espaço dado e num tempo. Sabemos que a cultura é uma construção social e histórica onde existe um modelo hegemônico e outros modelos paralelos. [...] Quando pessoas ou grupos de culturas diferentes interagem, eles vão colocar em comum elementos culturais próprios e elementos culturais comuns. Também vão buscar elementos culturais anteriores. (DURAND, 2015, p.11)

Escola: um campo de troca de saberes

O despertar para este estudo surgiu durante o curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no momento em que foi necessário elaborar um projeto de intervenção na escola. Mediante a realidade da sociedade brasileira atual exposta nas escolas, elaborou-se um projeto para incentivar a reflexão de educandos (as) do ensino médio de escola regular e pública, especificamente, na Escola Estadual Prof^o José Félix de Carvalho Alves, localizada no município de São de Sebastião – AL.

O resultado do referido projeto foi de relevante importância para entender como a comunidade escolar percebe a questão da diversidade social, cultural, étnico-racial e sexual, compreendendo que os educandos que participaram do projeto, tornaram-se disseminadores de informações, contribuindo para a minimização da discriminação, preconceito, violência e racismo. Esta ação também contribuiu positivamente para comunidade local do município, visto que despertou um olhar de respeito à diversidade no âmbito social, familiar e escolar.

Quando tratamos de diversidade na escola, buscamos compreender a partir dos estudos de Mesquita (2015, p. 15):

No espaço escolar, lugar bem conhecido da maioria de nós, as possibilidades da realização de um trabalho educativo que tenha como centro a construção de uma cultura em direitos humanos são imensas, seja pelo material humano existente, seja por ser um espaço em que as tensões e desafios relacionados às questões da igualdade e da diferença estão fortemente presentes, seja ainda pelo potencial

transformador que a escola pode ter no sentido de afetar os diferentes sujeitos e coletivos numa dimensão ética e política.

Podem-se perceber as diversas expressões das relações fragmentadas no ambiente escolar decorrentes dos estereótipos sociais que consideram um determinado grupo superior ao outro, desvalorizando assim as condutas que não se encaixam nos padrões hegemônicos. Porém, a comunidade escolar não pode desestimular diante dos problemas apresentados em nosso cotidiano. Para Mesquita (2015, p. 16) devemos lutar para que:

[...] a necessidade de pautar a educação em direitos humanos como um princípio presente na prática educativa diária, discutindo a diferença, semeando a igualdade, questionando os discursos que reforçam as desigualdades, estimulando coletivamente a formação de uma consciência crítica tendo no horizonte a constituição de um sujeito de direitos.

Utilizou-se a pesquisa de caráter quanti-qualitativo, uma vez que ambos se complementam nesse processo de investigação, para Minayo (2007, p. 25) há uma “relação fértil e frutuosa entre as abordagens quantitativas e qualitativas que devem ser vistas em oposição complementar”. Neste sentido, analisamos a realidade através de observações e coletas de dados estatísticos sobre as especificidades de gênero, étnico-racial e cultural.

A temática desse estudo tem como base a perspectiva crítico-dialética, buscando conhecer as contradições inerentes as relações sociais que padronizam os comportamentos considerados superiores decorrentes da sociedade capitalista. Assim sendo, os indivíduos que não se adequam a esses comportamentos ou não se submetem a seguir as regras impostas pelo grupo dominante são excluídos, marginalizados e rotulados.

Como instrumentos, utilizou-se materiais expositivos, vídeos e questionários. Além disso, realizou-se como técnicas um diálogo interativo, palestras e dinâmicas de grupo para desenvolver relatos de experiências vivenciadas pelos (as) alunos (as) no espaço escolar visando à quebra de paradigmas e a superação das desigualdades.

Diversidade étnico-racial no Brasil

Com o objetivo de entendermos as relações sociais e étnico-raciais no Brasil, faz-se necessário resgatar o processo histórico das relações existentes desde o período inicial da formação da sociedade brasileira, bem como do processo de implantação da República do Brasil.

Compreendemos que nas raízes da formação do povo brasileiro, existe a presença marcante do povo africano, pois este chegou ao Brasil no período de colonização para servir de mão de obra para os burgueses. Conforme cita Martins (2015, p. 2):

Protagonizam nesse processo de formação grupos sociais separados pelas mais diversas matizes de pertencimento cultural, ligados a um esquema de desenvolvimento econômico gerador de riquezas, fundamentado numa relação de exploração da mão de obra não remunerada do sujeito africano.

Em decorrência disto, os africanos foram escravizados durante vários períodos históricos, posteriormente, foram “libertos”, mas não deixaram de ser dependentes da sociedade. Passaram por várias formas de estranhamento, sendo afastados para locais distantes dos centros urbanos. Atualmente, ainda identificamos ações como esta em nossa realidade, isto é, as chamadas favelas que receberam outra nomenclatura recentemente, a qual é identificada como comunidade.

Durante o período histórico no Brasil, percebemos que houve uma miscigenação do povo brasileiro, ou seja, negros, índios, brancos e pardos se misturaram e formaram várias etnias. A partir desta concepção, alguns estudos identificaram a importância da classificação e teorias raciais. Deste modo, as desigualdades também foram marcantes, pois cientistas afirmavam que a miscigenação iria *degenerar* a raça humana, tendo em vista que consideram os brancos superiores aos negros.

As desigualdades étnico-raciais são notórias na sociedade brasileira. Ainda vivemos numa sociedade arcaica e retrógrada. Precisamos buscar a cada dia a equidade de raças, crenças, valores, culturas, dentre outros, para que as pessoas sejam vistas enquanto seres humanos possuidores dos mesmos direitos. Quando pensamos em igualdade, visualizamos o acesso aos direitos em equidade, porém a população afrodescendente ainda padece em meio às desigualdades sociais.

Somente a partir do Século XX, a miscigenação passou a ser vista como algo positivo, porém se fez aberta à aceitação após os estudos de Gilberto Freyre.

Houve períodos em que as práticas de ações descendentes da cultura africana foram extintas da sociedade brasileira, como por exemplo: capoeira e expressões religiosas de matriz africana. A população era proibida de dançar, jogar capoeira e até expressar suas religiões em cultos de candomblé. Deste modo, identificamos a inibição que o povo afrodescendente sofreu. Entretanto, nos dias atuais, ainda existem casos de recusas e preconceitos acerca das ações culturais de afrodescendentes.

Contudo, percebemos que a população ainda sofre reflexos da violência e desigualdades étnico-raciais que lhe foram postos no período de colonização e implantação de República no Brasil. A conscientização da sociedade brasileira acerca da igualdade de direitos da população brasileira é o caminho para se alcançar a equidade concreta em nossa sociedade. Não devemos desistir da luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária.

Sentimos a necessidade de apresentar este processo histórico da diversidade étnico-racial para os (as) educandos (as) das escolas brasileira, com o objetivo de conhecerem a origem do povo brasileiro e incentivar a conscientização de uma sociedade livre de discriminação e preconceito.

Considerações Finais

A partir deste estudo, percebeu-se que a escola tem papel fundamental na formação dos indivíduos, considerando que é através desta que crianças, adolescentes e adultos têm o acesso à aprendizagem pedagógica e formação educacional. A família tem a obrigação de conduzir as crianças para a construção do cidadão, porém somente terá êxito com a contribuição da escola.

Diante deste estudo, compreende-se que a escola pode desenvolver ações de cunho inclusivo para favorecer aos educandos (as) o entendimento sobre a diversidade social, cultural, étnico-racial e de gênero. Vivemos num país repleto de pluralidades e diversidades, sendo assim, precisamos respeitar as diferenças e lutar pela garantia de direitos dos cidadãos (ãs).

Buscamos referencial teórico para fundamentar este estudo, bem como documentos que garantem o acesso aos direitos de todos os indivíduos brasileiros, como a Constituição Federal do Brasil, com o objetivo de enriquecer a proposta apresentada neste estudo. Compreendemos a importância da escola na formação educacional da criança e adolescente. Deste modo, sugerimos que a escola seja um veículo de promoção da inclusão social e aceitação às diferenças, efetivando a diversidade no Brasil.

Referências

BORBA, Joyce Falcão; RUSSO, Maria José de Oliveira. **Contradições na escola:** a violência no lugar do desenvolvimento humano. Revista Múltiplas Leituras, v.4, 2, 2011, p. 25-39.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>>
Acesso em: 28 de abr. 2016.

DURAND, Véronique. **Diversidade e Educação em direitos humanos.** In: Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola, EdUfal/CIED Cursos, Maceió – AL, 2015.

MARTINS, Carlos. **BRASIL:** Abrindo as cortinas do passado. Curso de Especialização - Gênero e Diversidade na Escola. EdUfal/CIED Cursos, Maceió – AL, 2015.

MESQUITA, Marcos. **Diversidade e Educação em direitos humanos.** In: Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola, EdUfal/CIED Cursos, Maceió – AL, 2015.

METODOLOGIA DE PESQUISA. In: Curso de Especialização, Módulo VI: Metodologia de Pesquisa. Ed UFAL/CIED Cursos, Maceió - AL, 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de. **Educação Antirracista:** viver a diversidade na escola, como uma forma emancipatória de vida dos/as cidadãos/ãs, como sujeitos de direitos. UFAL: Maceió - AL, 2015.